

DEMOCRACIA POPULAR: PARENTESCO E ECONOMIA POLÍTICA DAS MULHERES COMO ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO

Ifi Amadiume

AMADIUME, Ifi. Grassroots Democracy: Kinship and Women's Political Economy as Sites of Development. **Occasional Paper**, n. 19, 1998, p. 206-217. Tradução para uso didático por Daniel Antonio Leonço Campos.

Introdução

Numa situação em que o desenvolvimento na África passou a ser visto como algo derivado de ajuda externa, quero argumentar a conexão entre o conceito de parentesco e a economia política local. Faço isso para enfatizar a importância das estruturas e organizações de fraternidade na vida civil das mulheres de base, e exigem o reconhecimento e o respeito de diferentes espaços de governo nas sociedades africanas. Uma preocupação mais honesta sobre a ética da pesquisa pode nos ajudar a evitar reproduzir o racismo do colonialismo e do imperialismo.

Ética do parentesco e pesquisa social

Deixe-me compartilhar algumas experiências do meu próprio envolvimento no trabalho de campo em meu país para destacar a importância da ética do parentesco. Fiz um relato mais detalhado das minhas experiências de campo em outros lugares.¹ Um dos problemas que escrevi concerne às questões de reciprocidade. Durante o trabalho de campo, nunca me considerei uma visitante na comunidade em que me hospedei. Eu geralmente me via como voltando para casa, para o meu próprio povo. Sempre estive consciente do racismo e das classificações geo-culturais negativas e suas implicações no sistema global. Eu interagia com o meu povo como um sujeito vinculado pela ética do parentesco, um membro de uma família extensa, uma filha,

¹ Ifi Amadiume, “A boca que falou uma falsidade mais tarde falará a verdade: Indo para o campo no Nigéria Oriental” em Diana Bell, Patricia Caplan, Wazir Jahan Abdul Karim, eds., *Campos de gênero: mulheres, homens e etnografia*, Londres: Routledge 1993.

uma irmã, uma mãe, pois sei que todas essas coisas são importantes na determinação dos motivos e da metodologia de um pesquisador. As relações de afinidade me proporcionam uma rede de parentesco que pude contar como suporte. Muitas vezes, foram as mulheres que organizaram essa ajuda, invocando a moralidade de parentesco matriarcal de *umunne*, o espírito de maternidade comum, para cruzar barreiras de gênero e classe. Ao estabelecer minha própria casa na aldeia e cuidar de crianças que eram parentes ou não parentes, ocupei meu lugar nos sistemas classificatórios locais, interagindo nas relações sociais, me sintonizando e retribuindo. O meu encontro geralmente era baseado em status e gênero. Ao inserir o meu lugar legítimo em uma sociedade de parentesco, eu estava participando das relações sociais envolvendo padrões esperados e aceitos de reciprocidade. Não havia necessidade de inventar ou procurar uma noção forânea da sociedade civil, o que tornaria os próprios costumes e cultura estranhos aos nativos em suas próprias terras. O meu conhecimento das políticas de gênero e desenvolvimento é empírico.

Conceitos e métodos

Em *Reinventing Africa, Matriarchy, Religion and Culture*², uma análise histórica do caráter da cultura e das políticas de gênero, defendo a autonomia e autodeterminação e critico o paradigma patriarcal europeu da verdade. O contexto neocolonial nos obriga a avaliar criticamente os conceitos convencionais e as ferramentas de análise, incluindo metodologias e conhecimentos de pesquisa.

Qual metodologia e qual perspectiva nos permitirão reconhecer e respeitar a legitimidade do trabalho econômico e cívico das mulheres comuns, suas organizações de aldeias como entidades democráticas; seus sistemas políticos descentralizados e a difusão do poder entre vários grupos e organizações de interesse?

Em *Reinventing Africa*, descarto toda a noção patriarcal paradigmática monolítica pela tese de oposição paradigmática e contestação estrutural de gênero, como resultado da presença do matriarcado nos fundamentos das ideias de parentesco na África antiga e tradicional, que continuam no presente. Eu uso a

² Ifi Amadiume, *Reinventing Africa, Matriarchy, Religion and Culture*, Zed Books: Londres & Nova Iorque, 1997.

religião tradicional africana em Nnobi, que foi um assunto do meu livro *Male daughters, female husbands: Gender and sex in an African society*³, para demonstrar a primazia de gênero na construção e nas contestações de reivindicações religiosas, mostrando assim a visibilidade das mulheres na religião, tanto como simbolistas quanto símbolos de adoração. As mulheres são criadoras de cultura e instituições e não apenas objetos de manipulação. Podemos, portanto, falar das religiões das mulheres, dos rituais, das moralidades de gênero e da ética da justiça social. Essas noções de gênero também determinam os personagens das instituições sociais, culturas e Estados. É a escolha da moral de gênero da civilidade e do Estado que determinaria uma sociedade justa e não a mera presença das mulheres na política. Enquanto argumento em *Reinventing Africa*, o pluralismo paradigmático oferece uma perspectiva que leva em consideração a questão da contestação e da escolha. Os mitos dos deuses e das deusas incorporam sistemas contestatórios e complementares, dando-nos uma escolha de narrativa para pensar.

Uma narrativa de mulheres e desenvolvimento: um exemplo Igbo da Nigéria

Em 1985, após o fim da Década das Mulheres da ONU e uma campanha vigorosa para criar Ministérios para mulheres visando o seu desenvolvimento, o governo nigeriano nomeou formalmente o Comitê de Mulheres e Desenvolvimento. Logo após a criação, o comitê, através de consultas diretas e visitas de pesquisa, destacou efetivamente as condições sociais e econômicas e as necessidades das mulheres rurais. As primeiras excursões de alguns projetos de mulheres no estado de Anambra, em fevereiro de 1986⁴, viram o que os grupos de mulheres estavam fazendo em algumas comunidades, a assistência que recebiam do governo e alguns de seus problemas, permitindo que o comitê recomendasse áreas onde o governo poderia ajudar.

³ Ifi Amadiume, *Male daughters, female husbands: Gender and sex in an African society*, Zed Books: London & New York, 1987.

⁴ Entrevista e relatórios que a Sra. Chikodi J. Amobi, secretária da Unidade de Mulheres do Comitê de Mulheres e Desenvolvimento do Estado de Anambra. Ela também foi Diretora Sênior de Assistência Social no Ministério da Informação, Desenvolvimento Social, Juventude, Esportes e cultura do Estado.

Além do fato de que toda mulher Igbo pertence a uma organização de mulheres por direitos de parentesco, seja como filha, esposa e cidadã da aldeia, informações que recebi da Divisão de Bem-Estar Social do Ministério da Informação, Desenvolvimento Social, Juventude, Esportes e Cultura do Estado de Anambra em 1987 indicaram que havia 136 organizações de mulheres registradas no estado de Anambra, que incluíam sindicatos patrióticos femininos, sindicatos de melhorias femininas, associações de esposas de profissionais, organizações de mulheres da igreja, como uniões de mães e mães cristãs, organizações comerciais femininas, mulheres do mercado, organizações de mulheres contratadas e mulheres na indústria, clubes populares mulheres, clubes de mulheres *okwesilieze* (mulheres que são aptas para serem reis), de mulheres de negócios muito ricas e independentes. Por conseguinte, é óbvio que as visitas foram formais e incluíram membros da comissão, um membro do pessoal do Ministério da Agricultura do Estado e um representante da imprensa do Ministério da Informação do Estado.

Um projeto observado no relatório do comitê foi o Centro de Saúde Ojoto, construído pela Organização das Mulheres Njikoka em 1956 e transferido para o governo do estado em 1972. As habitações e outras construções continuaram a ser mantidos pela Organização de Mulheres Njikoka, que fez a pintura, a fiação e limpeza, embora o Departamento de Desenvolvimento Rural do Estado forneça a usina de eletricidade utilizada no centro de saúde. A placa de água do estado forneceu dois poços de água, e o Ministério Federal da Saúde forneceu o congelador para vacinas. As drogas foram fornecidas pelo Ministério da Saúde do Estado e pela Organização Mundial de Saúde, mas os pacientes tiveram que pagar por eles. Um voluntário de saúde da aldeia dirigia a pequena farmácia, enquanto um oficial de saúde do governo treinado controlava o dispensário. A seção de maternidade foi administrada por uma irmã de enfermagem, uma técnica de enfermagem e doze assistentes de saúde voluntários. Os serviços no centro incluíam imunização e tratamento geral para o público. Os problemas no centro de saúde incluíram falta de dinheiro para pagar aos profissionais de saúde e falta de cooperação entre funcionários do governo, trabalhadores da saúde da vila e a comunidade. Também não havia um médico residente.

Além do centro de saúde, a Organização das Mulheres Njikoka chefou uma fazenda que não foi muito bem por causa do solo infértil e de mudas de baixa qualidade. Elas esperavam começar um reservatório de peixes e um viveiro de aves. As mulheres tiveram que buscar aprovação da taxa subsidiada pelo governo para a compra de fertilizantes, equipamentos, mudas e treinamento aprimorado para seus funcionários.

Outro projeto foi o centro e a casa polivalentes de Oba, que foram construídos pelo Ministério Federal da Agricultura e entregue à União Patriótica das Mulheres de Oba, que atualmente dirige o centro. Era um centro vocacional para treinar jovens e mulheres em artesanato, agricultura e economia doméstica. Incluía uma creche, uma unidade de nutrição com cozinha, fogão a gás, geladeira, freezer, bacias e utensílios de cozinha e uma unidade de gerenciamento de casa com tricô, máquinas de costura e outros materiais. As máquinas deveriam ser mantidas pelo Ministério Federal da Agricultura, mas a maioria das máquinas quebrou por falta de manutenção. Os professores foram pagos pela organização feminina pela venda de produtos.

O comitê viu a necessidade de recursos humanos que poderiam treinar professores sobre o uso de algumas das máquinas. As próprias mulheres solicitaram que o governo assumisse o pagamento de professores e trabalhadores no centro e pediu que ele ajudasse na construção de um albergue para os visitantes. Eles também queriam que o governo os ajudasse na criação de empreendimentos que gerassem dinheiro e no fornecimento de pessoal para produção agrícola e fertilizantes à taxa subsidiada pelo governo.

Em Enugu-Ngwuo, havia duas organizações irmãs, as Irmãs Unidas da Alma das Ngwuo e as Irmãs Nighttingale de Ngwuo. As Irmãs Nighttingale dirigiram um centro de economia doméstica e receberam equipamentos do Departamento Federal de Desenvolvimento Rural. Algumas mulheres treinadas em seu centro encontraram empregos em escolas e hospitais como cozinheiros, enquanto outros se tornaram trabalhadores por conta própria. As Irmãs Unidas tiveram programas de economia doméstica e de educação de adultos à noite. Seu primeiro grupo se formou em 1979. Em 1982, eles introduziram cursos no ensino médio. Eles também esperavam construir um centro polivalente que incluísse escolas primárias e secundárias adultas,

uma escola maternal e uma sala de economia doméstica. Eles adquiriram terras para iniciar uma horta como um projeto gerador de renda e uma fazenda modelo para estudantes. Seus problemas incluíam falta de acomodação e financiamento adequados para o centro polivalente, os salários dos professores e os serviços públicos, como as contas de eletricidade. Uma vez que grande parte do seu dinheiro foi gasto no aluguel de máquinas de escrever, eles solicitaram o fornecimento de máquinas de escrever do governo, bem como professores de economia doméstica, auxiliares de ensino para a escola maternal e equipamentos de economia doméstica.

O comitê expressou desaprovação sobre a idade das crianças que frequentavam a escola primária entre seis da tarde e nove da noite, argumentando que as crianças deveriam estar na cama. As Irmãs da Alma apontaram que a maioria das crianças eram empregadas domésticas⁵ e que a Unidade de Educação de Adultos do Ministério da Educação havia aprovado o esquema. As irmãs, entretanto, prometiam reprogramar o tempo.

O Grupo de Mulheres Nachi foi patrocinado pela Ezinne⁶, uma associação de Mulheres, e foi administrado conjuntamente com o Ministério da Agricultura do Estado e o Departamento Federal de Desenvolvimento Rural, que forneceu equipamentos de ensino. O grupo de mulheres ofereceu aulas de alimentação e nutrição, gerenciamento de casas, confecções, produção de aves de quintal e horticultura em pequena escala. Eles visavam habilidades geradoras de renda para ajudar as mulheres rurais a melhorar seu padrão de vida e promover a unidade entre as mulheres na cidade. Os produtos que eles fizeram incluíam sabões, pomadas e lanches.

Eles também tiveram uma série de problemas. Um era uma necessidade de um lugar de instrução, pois eram uma sala da igreja com muitos outros grupos - um jardim de infância, organizações juvenis e outros grupos educativos. Eles também não tinham transporte, tanto para eles como para funcionários do Ministério que estavam

⁵ A maioria das mulheres de elite contornou o problema da educação para as criadas por terem pelo menos dois, enviando uma escola para a manhã e outra para as aulas da tarde, de modo que sempre havia uma empregada doméstica na casa.

⁶ *Ezinne* em Igbo significa mãe bela e boa, boa herança da Deusa e um nome popular entre as filhas da deusa.

dispostos a vir e ensinar. O crescente número de participantes significou a necessidade de mais equipamentos, e outros compromissos, como o pagamento de taxas escolares para seus filhos, tornaram impossível para as mulheres fazer contribuições regulares para a compra de equipamentos regularmente.

As mulheres queriam um programa de educação de adultos para que eles pudessem aprender a ler e escrever. Eles queriam ajuda na criação de uma fazenda avícola. Eles solicitaram um fornecimento de fertilizantes à taxa do governo, mudas melhoradas e equipamentos agrícolas. Eles também queriam que o governo equipara seu centro de saúde, que não estava em uso. Isso significava que eles tinham que viajar para Oji ou Udi para tratamento médico. Por fim, eles solicitaram eletrificação, água, um supervisor residente de economia doméstica e mais centros de economia doméstica na cidade.

Usei esse exemplo para mostrar como a imagem do envolvimento das mulheres africanas no desenvolvimento é distorcida e incompleta quando listadas como projetos dessa maneira. Quando comparado com o caso das mulheres em Nnobi que descrevi no meu trabalho, percebemos que as mulheres rurais estão mais ocupadas com suas vidas que em torno da agricultura diária ou outras atividades comerciais, em sua economia política local e os projetos descritos acima são atividades de meio período que são motivadas externamente. As mulheres tinham melhor acesso aos ministérios do governo, mais perto de sua localização para a capital do estado, apenas se conhecessem alguém neles. Como tal, os projetos têm uma influência corruptora na criação de grupos ou indivíduos favorecidos em novas hierarquias de classe devido a defeitos estruturais nos mecanismos de implementação das políticas governamentais.

Defeito estrutural do Comitê sobre Mulheres e Desenvolvimento

Dados os objetivos e metas declarados do Comitê sobre Mulheres e Desenvolvimento e seu foco específico nas mulheres rurais, a composição elitista do comitê foi questionável. As mulheres na comissão foram retiradas de cargos superiores no serviço público. O próprio comitê estava localizado na capital federal e nas capitais dos estados. Além disso, faltava o financiamento e os funcionários

necessários para estabelecer um sistema efetivo de vínculos e contato com mulheres populares. No estado de Anambra, por exemplo, uma unidade feminina foi criada na Divisão de Assistência Social do Ministério da Informação, Desenvolvimento Social, Juventude, Esporte e Cultura. Todo o pessoal era funcionário do bem-estar feminino, que também era secretário do Comitê de Mulheres e Desenvolvimento. Seu orçamento para o ano fiscal de 1987 foi de 1000 nairas. A fraqueza e a ineficácia do comitê como instrumento formal de desenvolvimento para as mulheres rurais proporcionaram desculpas para o surgimento na década de 1980 do culto de “Primeira-Dama”, organizando-se em torno do negócio das mulheres e do desenvolvimento.

Na Grã-Bretanha, onde todas as comodidades básicas de infraestrutura foram fornecidas pelo governo local, há a preocupação com a prestação de serviços sociais, desde o conhecimento interno, uma vez que a Unidade de Mulheres emprega normalmente vários oficiais. Eles atendem a um comitê de mulheres, que financia milhares - e às vezes milhões - de libras esterlinas, uma cifra baseada em uma porcentagem do orçamento de capital total do Conselho de Governo Local. Um comitê de mulheres com os objetivos e metas do Comitê sobre Mulheres e Desenvolvimento seria normalmente parte integrante de um Conselho de Governo local. O Comissário do Estado da Anambra, que criou o comitê em seu Ministério, destacou a importância de promover medidas destinadas a integrar as mulheres no desenvolvimento. Ele deveria ter criado a unidade feminina e seu comitê como parte do conselho do governo local.

Quando olhamos para a função de um comitê de mulheres do governo local no sistema de governo local britânico, a partir do qual o modelo nigeriano é derivado, percebemos que a unidade de mulheres do governo local serve o Comitê de Mulheres, composto por conselheiros eleitos, representantes cooptados de organizações locais de mulheres e residentes locais. A unidade das mulheres funciona como um braço administrativo do comitê de mulheres, que é um órgão de formulação de políticas. Se esta estrutura for aplicada de forma eficaz para desenvolver uma democracia de governo local eficaz e generificado na Nigéria, ambas as organizações consultarão efetivamente as mulheres rurais.

Esse comitê proporcionaria informações, orientação e “esclarecimento” em primeira mão para as mulheres rurais que são analfabetas, desinformadas e marginalizadas e, assim, integrariam todas as mulheres em planos e estratégias de desenvolvimento governamentais através de processos democráticos – isto é, através do autogoverno local ou comunitário. As poderosas reuniões do comitê de mulheres proporcionariam um fórum de discussão onde diferentes classes de mulheres podem discutir e argumentar questões, políticas, alocações orçamentárias, bolsas e financiamentos como uma questão de direitos civis.

Sob um tal arranjo democrático, o conselho de mulheres de Nnobi traria suas tradições culturais de habilidades de retórica e organização no fórum político contemporâneo. Eles discutiram as políticas sobre o desenvolvimento do mercado no comitê de mulheres do governo local. Eles iriam ao comitê de mulheres para financiar seus projetos, assim como as mulheres de Njikoka, Obawoamen, Enugu-Ngwuo, mulheres Nachi e vários grupos e organizações de mulheres locais em outras comunidades nigerianas. Esse sistema unitário encorajaria intercâmbios e alianças intercomunitários e regionais entre mulheres de diferentes comunidades locais. Esse sistema, ligando estruturalmente as mulheres ao governo, incentivaria a descentralização do poder do Estado e uma democracia regional mais equilibrada. Isso permitiria que as mulheres e suas comunidades e governos locais negociassem o grau de resposta aos poderes corruptores que as seções de mulheres de elite assumem como doadoras de agências.

Sob tal sistema, como as agências internacionais de desenvolvimento argumentariam o direito de intervir nas comunidades democráticas em África? Examinarei brevemente algumas dessas agências que funcionam na Nigéria, como elas estão estruturadas, o que dizem fazer e os efeitos reais de sua presença como instrumento de reprodução de classe.

Desenvolvimento, corrupção e reprodução de classe

Apontei que as mulheres Nnobi, cujas atividades econômicas eu conheci e as mulheres de outras comunidades Igbo cujos projetos foram visitados em 1986 pelo comitê sobre mulheres e desenvolvimento, viram suas atividades econômicas e sociais

diárias integradas no desenvolvimento de suas cidades. A ideia de desenvolvimento como projetos detalhados foi imposta externamente. Quando as mulheres foram convidadas a enviar uma lista de seus projetos, achamos que a lista envolveu preocupações a tempo parcial ou atividades fora de suas tarefas diárias. É triste, portanto, que mais atenção e dinheiro sejam feitos para esses projetos, em vez de criar infraestruturas governamentais locais. Em 1986, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) aprovou bolsas totalizando 1 milhão de dólares para desenvolver as habilidades das mulheres rurais na Nigéria. O esquema deveria ser configurado na Divisão de Economia Doméstica do Ministério Federal da Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural. A concessão também providenciou um projeto de treinamento de professores no estado de Gongola.

Quando olhamos para as atividades do esquema do PNUD, são exatamente os mesmos que os projetos descritos pelas mulheres no Comitê de Mulheres e Desenvolvimento. Quando as mulheres dizem que recebem equipamentos do Ministério da Agricultura, vemos como as demandas das mulheres foram influenciadas pelos ditames do PNUD. Na época, outras atividades do esquema estavam limitadas a Enugu, Ibadan e Jos. A Divisão de Economia Domiciliar teve o mandato de capacitar as mulheres em várias habilidades de trabalho para aumentar a produção de produtos agrícolas, semi-agrícolas e artesanais processados, usando, tecnologia apropriada e recursos locais. O desenvolvimento desigual pode ser visto em sua política para identificar grupos específicos de mulheres e suas necessidades, fornecer equipamentos de processamento de alimentos, preservação e armazenamento para dez grupos de mulheres de aldeia selecionadas e treinar mulheres em habilidades básicas de gerenciamento de negócios, incluindo a formação e operação de cooperativas. Vimos que o acesso das mulheres a esses recursos depende de ter alguém dentro do estabelecimento. Isso geraria corrupção e desigualdade.

Enquanto o PNUD trabalhava através de um ministério do governo, existem outras organizações internacionais independentes, como o Centro de Religião Aplicada e Educação/Associação Cristã da Nigéria (CRAE/ACN), também afirmando trabalhar para o desenvolvimento. O imperialismo cultural ocidental continuou

recentemente nas armas religiosas de desenvolvimento sob os órgãos criados pelo estabelecimento cristão.

O CRAE realiza oficinas que visam motivar líderes de grupos nas igrejas e comunidades, através de discussão e diálogo, sobre questões principais que obstruem a participação ativa das mulheres em seu próprio desenvolvimento. O CRAE também espera permitir que as líderes das mulheres descubram o papel que um grupo de compartilhamento comprometido pode desempenhar no desenvolvimento das próprias mulheres e de sua comunidade. Para conseguir isso, espera permitir que os grupos de mulheres envolvidos no desenvolvimento rural na África criem uma rede para compartilhar problemas e ganhos com mulheres de outras partes do mundo como forma de aprender uns com os outros, melhorando assim suas situações.

Cada Centro de Religião Aplicada e Educacional tem um coordenador que se encarrega de seu programa e projetos femininos.

CRAE/ACN, em seu interesse seccional, obviamente, mistura o treinamento moral da igreja com os interesses do desenvolvimento e é provável que tenha mais sucesso alcançando mulheres cristãs rurais com a exclusão de outras mulheres. Estes não são os objetivos desejados do desenvolvimento nacional. Este exemplo também expõe problemas decorrentes da falta de uma infraestrutura efetiva do governo e do governo local.

Todos esses casos provam que as africanas continuaram a construir organizações tradicionais de mulheres, enquanto as mulheres e agentes burguesas das agências de desenvolvimento estão capitalizando seu conhecimento sobre a existência dessas organizações. Como empresários capitalistas, eles usam uma lista seleta para solicitar financiamento externo e suas políticas de desenvolvimento usadas externamente não apenas para fragmentar organizações e conselhos de solidariedade de gênero das mulheres, mas também distrair as mulheres do seu compromisso tradicional com o desenvolvimento de suas cidades e aldeias.

Intervenção Externa: Consequências de Gênero e Classe

Em nossas críticas ao papel das Nações Unidas e suas agências de desenvolvimento na África, tendemos a enfatizar mais as questões econômicas e políticas, e não colocamos ênfase suficiente no papel dessas agências na reprodução de gênero e de classe nas formações de movimentos de elite e liderança em África. Toda estratégia de desenvolvimento elaborada pela Teoria da modernização da Comissão Econômica para a África das Nações Unidas (ECA) – e suas variantes dos anos 1950 aos 1970, aos Programas de Ajuste Estrutural (PAE) dos anos 1980 até o momento – na realidade, traduziu-se em punição dos pobres pela corrupção de seus governos. Sob as estratégias anteriores antes do PAE, nós, pelo menos, possuíamos governos fortes, mesmo que os operadores estivessem corrompidos. Também testemunhamos uma oposição imaginativa em intelectuais e ativistas de esquerda que denunciavam os males dos políticos corruptos. Eles condenaram o imperialismo e a intervenção capitalista externa, seja econômica, política ou cultural, ressaltando que a presença dessas forças leva ao subdesenvolvimento. Esses discursos tiveram uma extrema influência sobre feministas africanas e grupos radicais de mulheres. Mas tudo ocorreu em um clima de sentimentos fortes da soberania do Estado.

Problemas de desenvolvimento são cotidianos em todos os lugares, seja na África, na Europa ou na América. A intervenção planejada e institucionalizada em nome do desenvolvimento é uma continuação do colonialismo e da modernização. As mulheres de Nnobi nunca ouviram falar de agências que afirmam ser pioneiras na abordagem de desenvolvimento de recursos humanos, mas combinam uma série de abordagens em seus esforços pessoais, de parentesco e de comunidade em bem-estar, recursos humanos, ética, moral, direitos e justiça social e capacitação. A principal diferença é que eles não pensam abordagens de desenvolvimento para mulheres na Europa ou na América. Eles não dizem às mulheres em outros lugares como viverem suas vidas.

O meu argumento não é que as comunidades africanas não devam receber assistência. Estou argumentando contra os padrões de estratégias de desenvolvimento que minaram o Estado na África e as fragmentaram comunidades.

Também protesto contra as intervenções de desenvolvimento que prejudicaram a autossuficiência da comunidade e encorajaram a dependência. Eu estou discutindo contra a mentalidade de desenvolvimento que aceitou os campos de refugiados como casas permanentes para milhões de africanos, como, por exemplo, o caso de 2 milhões de refugiados ruandeses que viveram em um campo de refugiados no Zaire por dois anos e custaram às Nações Unidas um milhão de dólares um dia.

Existe um sentido na abordagem do bem-estar da UNICEF, que é dar assistência limitada e não construir governo ou organizar quem quer que seja; como tal, deve abordar as comunidades através dos governos. As atividades produtivas e comunitárias são questões nacionais para a política governamental e os grupos cívicos para negociarem contextualmente, à medida que as forças locais se exercitam e alcançam um equilíbrio. A intervenção externa interrompe essas respostas locais e cria desequilíbrio terrível no sistema. Nos tempos contemporâneos, criou ditaduras terríveis como, por exemplo, o caso dos regimes militares na Nigéria e o surgimento de um culto de “Primeira-Dama” sob o regime Ibrahim Babangida e reproduzido no regime sucessor de Abacha.